

Resolução de Conjuntura e Campanhas Feministas | 2025

*Setorial Nacional de Mulheres do PSOL
Diretório Nacional do PSOL*

O capitalismo é um sistema econômico social que tem como pilares a exploração das trabalhadoras e trabalhadores, o machismo, o racismo e a LGTBfobia. Essa estrutura opressora resulta no controle dos corpos de mulheres trans e cisgênero, no extermínio dos corpos negros e indígenas e nos ataques aos direitos sociais. A luta contra o racismo, o sexismo, o classismo e o capitalismo não pode ser separada, pois todas essas formas de opressão estão interligadas.

Com a vitória de Trump nos Estados Unidos, a onda neofascista avança e coloca o mundo em alerta. Em suas primeiras ações, Trump efetiva 78 ordens executivas e de revogações pautadas exclusivamente no racismo, no machismo, na LGTBfobia, na xenofobia e no negacionismo ambiental. Associado ao retrocesso dessas ações, Trump tem como aliados os CEOs das principais big techs do mundo, que dispõem de sua tecnologia e seu capital a favor da expansão da extrema direita e do fascismo no mundo. A situação se agrava, pois a resistência nas ruas dos EUA retrocedem em comparação à primeira eleição de Trump em 2017, em que a marcha de mulheres levou milhões de pessoas às ruas.

É importante ressaltar que manifestações contra o fascismo e os retrocessos de direitos sociais acontecem em vários lugares do mundo, a exemplo da Alemanha e Argentina, apesar de respostas práticas importantes por parte de alguns líderes políticos da América Latina, Colômbia e México. A crescente do fascismo exige coragem do movimento feminista no Brasil, pois temos como tarefa mobilizar a sociedade contra o avanço da extrema direita e suas tentativas de golpe. Por isso, é fundamental levantarmos a bandeira de luta “Sem Anistia para os Golpistas” e por Aborto Legal e a sua plena legalização no nosso país.

No último período, temos sido solidárias ao povo Palestino, que atravessa um genocídio brutal, comandado pelo Estado de Israel. É nossa tarefa como feministas exigir a responsabilização dos crimes cometidos pelos agentes dos mecanismos violentos de reprodução do capital, sejam esses agentes as multinacionais, Trump, Bolsonaro, Estado de Israel e seus aliados.

No Brasil, em 2022 vencemos Bolsonaro nas urnas, mas o bolsonarismo continuou avançando nas casas legislativas, gestões municipais e estaduais. As eleições municipais de 2024 ocorreram em um cenário político violento e subsidiado pelas “emendas PIX”, também conhecidas como orçamento secreto arquitetado por Arthur Lira; o que colocou parte do orçamento público na mão da extrema direita, sem nenhuma transparência na utilização destes recursos.

O partido de Bolsonaro, que reúne boa parte dos representantes da extrema direita, o PL, foi o partido mais votado no país, com resultados expressivos em grandes e médias cidades. Em contrapartida, a esses retrocessos, o número de mulheres ocupando prefeituras e câmaras municipais cresceu nas eleições de 2024 (aumento de 7% de prefeitas, 15% de vice-prefeitas e 12% na vereança). Como não é somente o gênero que nos une, sabemos que a maioria dessas representantes não defendem um programa feminista emancipador, estando distantes de serem nossas aliadas.

Além disso, as mulheres continuam a enfrentar um ambiente político marcado pela violência racial e de gênero. Embora os avanços da Lei nº 14.192/2021, que visa combater a prática de violência política de gênero, ainda estamos longe de garantir a plena participação das mulheres nos espaços de poder. Nós, mulheres do PSOL, conhecemos de perto o impacto cruel da violência política, temos companheiras que em consequência de tais violências, tiveram suas vidas políticas interrompidas, a exemplo do extermínio político de Marielle Franco, qual clamamos até hoje por justiça e investigação sobre os mandantes de seu assassinato.

A realidade concreta da vida das mulheres em nosso país é cada vez mais precária. Como a insegurança alimentar, a falta de renda para comprar comida, somado ao aumento dos preços dos itens básicos, a sobrecarga do trabalho doméstico e de cuidados negrita a grave crise de reprodução da vida. Alimentos esses com valores elevados devido ao beneficiamento do agronegócio e seus pacotes de venenos, em detrimento da agricultura familiar, da reforma agrária e da demarcação de terras indígenas. Uma das formas de tentar frear esse avanço seria por meio do sistema de estoques reguladores que foi desmontado ainda no governo Bolsonaro.

Já no tocante ao trabalho, se faz fundamental um enfrentamento às privatizações dos serviços públicos, da política econômica de austeridade fiscal, a urgente defesa de um plano econômico que pautar a revogação do teto de gastos, a taxação das grandes fortunas e a redução dos juros.

Com crescente mobilização popular, denunciando a contradição capital x vida e propondo uma mudança na organização social do trabalho, o movimento Vida Além do Trabalho (VAT) reivindica o fim da escala de trabalho 6x1 e toca na realidade concreta da maioria do povo brasileiro trabalhador, exigindo direito ao descanso e a redução de jornada sem redução salarial. Além de denunciar como os avanços tecnológicos, as Big Techs e a inteligência artificial se consolidam como multiplicadores de desigualdade social, seja a serviço do aumento da concentração de riquezas ou no aprofundamento da precarização do trabalho, [uber, aplicativos de trabalho, etc].

A escala 6x1 penaliza ainda mais as mulheres, pois sabemos que na sociedade machista, misógina e patriarcal em que vivemos, somos nós que, além de trabalhar fora de casa 6 dias seguidos, ainda acumulamos os serviços domésticos e as tarefas de cuidados (mulheres são responsáveis por 85% do trabalho de cuidado no Brasil, segundo o IBGE). O fim da escala 6x1 também é uma luta feminista.

Em 2025 marcam dez anos da Primavera Feminista; movimento impulsionado pelas mulheres em todo mundo com o mote “nenhuma menos” em países como Argentina, Polônia e Brasil; e a intensificação da agenda da legalização do aborto como princípio de justiça social reprodutiva. No contexto atual, temos dezenas de exemplos de tentativas de retrocesso aos direitos já conquistados de acesso ao aborto legal, seja através de legislações ou por fechamentos e sucateamento de serviços no país. Neste sentido, a luta por justiça reprodutiva deve seguir sendo pauta inegociável do movimento feminista, por isso seguiremos defendendo a ADPF 442.

O Brasil será sede da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, a COP 30, em Belém, capital do Pará. Espaço que precisamos ocupar para lutar por medidas concretas de combate à crise climática, para que os países que são os maiores poluidores do meio ambiente, sejam responsabilizados. Chega dos mais pobres pagarem por essa crise! Por isso, a Setorial Nacional de Mulheres do PSOL se junta aos movimentos sociais nas

discussões e ações que acontecerão paralelas à COP 30, juntos com quem mais sofre com os efeitos da crise climática.

Em 2025 também teremos o marco de 10 anos de realização da primeira Marcha das Mulheres negras em Brasília, e a Setorial de Mulheres estará junto ativamente na construção e mobilização desse grande ato em todo país: nosso feminismo é centralmente antirracista e denuncia a condição estruturante do racismo em nossa sociedade de conjunto.

Considerando esses elementos, a Setorial de Mulheres do PSOL compreende a urgência de ocuparmos as ruas contra a extrema-direita, contra todos os retrocessos dos direitos reprodutivos, contra a violência política de gênero, por justiça climática, pelo fim da escala 6x1 e pela vida de todas as mulheres!

Calendário de lutas - Mulheres do PSOL | 2025

- Pré-carnaval e Carnaval - Construir e participar de ações de rua que combatam o assédio sexual e a violência de gênero.
- 8 de Março - Dia Internacional de Luta das Mulheres Trabalhadoras - Construir a luta em unidade com movimentos sociais e partidos políticos nas ruas para enfrentar a extrema direita.
- 14 de Março - Justiça por Mariele - Lançamento da Campanha Nacional Permanente no Combate à Violência Política Racial e de Gênero, em memória de Marielle Franco e de todas as mulheres que tombaram em luta.
- 25 de Julho - Dia Internacional da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha.
- V Conferência Nacional de Política para Mulheres - participar e construir ativamente as etapas municipal, estadual e nacional.
- COP 30 - participar e construir ativamente uma política ecossocialista e feminista junto dos estados.
- 28 de setembro - Dia Latino-americano e Caribenho de Luta pela Descriminalização e Legalização do barto - participar e construir ativamente ações de rua e conscientização em todo o país.
- 25 de novembro - Marcha das Mulheres Negras em Brasília, apontamos participação e construção ativa.

- Novembro - 21 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher (20/11 a 10/12), indicamos participar e construir ativamente a implementação da campanha nos estados.
- Encontro Nacional de Mulheres do PSOL - construção de um calendário e cronograma político e organizativo ao longo de 2025.

Ocupar as Ruas pela Legalização do Aborto e defesa do Aborto Legal!

Sem Anistia aos Golpistas e contra o Ajuste Fiscal!